

Parceria Votoantim pela Educação



---

# Programa de formação em educação inclusiva

---



# 1. Por que Educação Inclusiva



Você pode estar se perguntando se esse seria, de fato, um tema prioritário na gestão da sua escola. Afinal, por que discutir Educação Inclusiva? Há motivos legais que nos demandam o tema nessa urgência.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (MEC, 2013):

*"A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias" (p. 25).*

Nesse sentido, as Diretrizes destacam a responsabilidade do poder público, da família, da sociedade e da escola de garantir a todos os estudantes *“igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escolaridade”* (p. 17), e enfatizam que o regimento escolar *“deve assegurar as condições institucionais adequadas para a execução do projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social”* (p. 117).

Os documentos normativos para a educação nacional preconizam um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, a partir do reconhecimento e da valorização da diversidade humana, o que requer identificar e eliminar barreiras, deslocando o foco da condição de deficiência para a organização do ambiente. Tendo em vista este marco normativo, a gestão da diversidade é uma realidade em toda e qualquer escola pública brasileira. Enfrentar os desafios da heterogeneidade no processo educacional implica romper com a ilusão da homogeneidade, que orientou até recentemente a organização e funcionamento dos sistemas de ensino. E, compreender todos os alunos como diferentes em suas necessidades, estilos, preferências, características, conhecimentos.

Assim como, compreender a diversidade como fator de enriquecimento, pois potencializa o desenvolvimento dos alunos.



Do ponto de vista pedagógico, trata-se de uma abordagem de trabalho que concebe o ensino como uma resposta às necessidades e estilos de aprendizagem de todos os alunos, valorizando a interação entre pares, a participação ativa, a autonomia e a colaboração nas situações de ensino. As premissas da educação inclusiva dizem respeito a todo e qualquer aluno, portanto não se restringem apenas aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades (aqueles que são público alvo da educação especial). Trata-se de uma concepção de educação que se responsabiliza pela aprendizagem de todos e de cada um dos alunos.



É importante diferenciar Educação Inclusiva e Educação Especial. Até a década de 70, não havia no Brasil uma preocupação oficial com os alunos que não se encaixavam nos padrões estabelecidos para o ensino regular. Foi com a expansão do sistema educacional público, para garantir o acesso à escola para a população em geral, que foi institucionalizada a Educação Especial, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, pelo MEC, em 1973, para desenvolver ações educacionais voltadas aos alunos com deficiência e superdotação. A perspectiva da Educação Inclusiva surgiu com maior ênfase na legislação brasileira a partir de 2001. Primeiramente, ressignificando a educação especial e dando ênfase à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

E, mais recentemente, assumindo a premissa de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo da vida, ao ratificar a Convenção Internacional dos Direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2006), em março de 2007, que foi aprovada em 2008 pelo decreto legislativo no 186, e promulgada em 2009 pelo decreto presidencial no 6.949. E, em 2015, merece destaque a promulgação da Lei no 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que entrará em vigor a partir de janeiro de 2016. Essa lei reitera que o sistema educacional brasileiro deve ser inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida. A perspectiva da Educação Inclusiva diz respeito, portanto, a todos e a cada um dos alunos, respeitando, acolhendo e valorizando suas diferenças.

Nos documentos à seguir você encontrará materiais que apresentam um histórico da educação no Brasil em relação à Educação Especial e à Educação Inclusiva:

- 
- Secretaria de Educação Especial - Legislação específica (MEC)
- Principais dispositivos que embasam a Política de Educação Inclusiva no Brasil (Site Inclusão Já)
- Linha do tempo: educação inclusiva (TVUSP)

Realizar uma educação inclusiva com qualidade requer avanços em vários âmbitos. É necessário professores com uma boa formação na perspectiva das diferenças e com tempo para planejar suas aulas; escolas organizadas e equipadas de modo a facilitar a expressão das diferenças no sentido de maximizar o potencial de desenvolvimento de todos os alunos; trabalho compartilhado e colaborativo, envolvendo toda a comunidade escolar (professores, professor especializado em educação especial, coordenador pedagógico, diretor, alunos, famílias); e ainda integração e complementaridade entre a educação e as áreas de saúde, transportes, entre outras. Enfim, é uma educação complexa e custosa, e implementá-la com qualidade requer reconhecimento da necessidade desse tipo de educação e engajamento para colocá-la em prática, por parte de todos.



## 2. Produtos a serem elaborados no decorrer do trabalho

Ao longo do ano de 2016, a proposta de trabalho tem como objetivo aprofundar a reflexão sobre a prática da educação inclusiva, construindo, de forma coletiva e colaborativa, materiais que possam definir intenções e caminhos a serem trilhados nos próximos anos, tendo como meta melhorar os resultados de aprendizagem com os alunos, em termos de qualidade e equidade. Esses materiais serão elaborados pelas frentes de gestão educacional (equipe de secretaria) e gestão escolar (diretores e coordenadores pedagógicos), a partir do trabalho desenvolvido nos encontros presenciais e atividades interciclos. Portanto, será realizado em etapas e com o acompanhamento do formador do Programa.

### **Gestão Escolar**

Registro em vídeo de boas práticas de Educação Inclusiva para exibição na rede de ensino

### **Gestão Educacional**

Plano de recomendações e indicação de ações para boas práticas de educação inclusiva

## 2.1 Gestão Educacional

Para a equipe de Secretaria, a proposta é elaborar um Plano de recomendações e indicações de ações para boas práticas em Educação Inclusiva, em várias dimensões:

- Premissas do trabalho pedagógico em termos de planejamento do ensino e avaliação da aprendizagem; inovação educativa; integração entre profissionais, etc.;
- Processos colaborativos de construção do trabalho pedagógico;
- Políticas e ações de capacitação profissional;
- Materiais pedagógicos de apoio ao processo de aprendizagem: brinquedos, jogos, livros, materiais didáticos estruturados e não estruturados, etc.;
- Acessibilidade do espaço, dos móveis, utensílios;
- Recursos especializados: lupas, plano inclinado, gravador, etc.;
- Serviços de apoio: Apoio Pedagógico, Atendimento Educacional Especializado, Profissional de Apoio, etc.;

- 
- Cultura institucional e gestão do cotidiano;
- Participação das famílias;
- Apoios externos: atendimentos na área da saúde, assistência social, transporte Escolar, etc
- Divulgação de boas práticas.

A intenção é que esse documento possa registrar o processo reflexivo do grupo de gestores do município, sobre as demandas para a efetivação de uma educação, de fato, inclusiva, ou seja, uma educação com qualidade para todos e para cada um dos alunos. Nesse documento, a proposta é formalizar diretrizes, tanto em termos de concepção (demandas conceituais) como de aspectos práticos (demandas operacionais), que possam balizar as ações em todos os níveis de concretização da educação no município: secretaria de educação, escolas, salas de aula.

## **2.2 Gestão Escolar**

Em relação aos diretores e coordenadores, a proposta é construir um material audiovisual, que registre as boas práticas de suas escolas e que possa ser socializado

com os colegas das demais escolas no terceiro e último encontro presencial que o formador terá com esse grupo. Esse registro, em forma de vídeo, permite abordar uma variedade de situações, experiências, pontos de vista. Por exemplo, é possível:

- Socializar práticas com foco no percurso individual de alunos, de um grupo de alunos, de professores e/ou gestores;
- Abarcar o ponto de vista (depoimentos) dos gestores escolares, dos professor, alunos, funcionários da escola, familiares, pessoas da comunidade;
- Conter experiências de diferentes níveis de ensino e anos da escolaridade básica;
- Apresentar a experiência de áreas de conhecimentos diferentes;
- Ter como objeto de reflexão diferentes necessidades dos alunos: emocionais, dificuldade de aprendizagem, algum tipo de deficiência, altas habilidades, etc.;
- Enfocar a prática da sala de aula comum e também do atendimento educacional especializado;

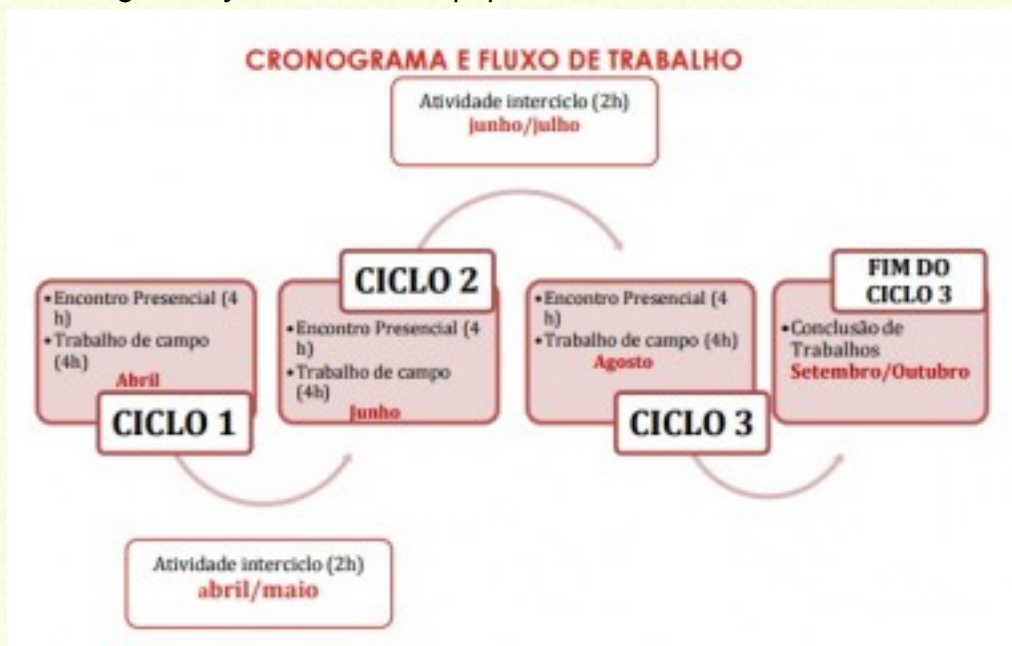
- Abordar aspectos conceituais que fundamentam o trabalho, por meio de depoimentos, legendas, letreiros.

O fundamental é ter em mente que esse material audiovisual será construído com objetivo de favorecer a troca de experiências e a reflexão coletiva nas escolas e entre escolas. Isto é, pode ser usado para estudo e reflexão na própria escola, com todos os componentes da comunidade escolar, e também em eventos que envolvam as escolas de rede municipal. Outra possibilidade é apresentá-lo em congressos que debatem a temática ou inseri-lo em plataformas virtuais de compartilhamento de experiências educacionais. É, portanto, uma importante ferramenta para impulsionar avanços na prática da educação inclusiva.

É um grande desafio produzir estes materiais, porém, uma vez realizados, serão valiosos para garantir bons resultados de aprendizagem no município. Então mão à obra!

### 3. Cronograma e Carga Horária Geral de Atividades

Para que todo esse trabalho ocorra, é necessário organizar as equipes locais para atender a um planejamento consolidado, de acordo com o cronograma e fluxo de trabalho. Nesse cronograma, todos os sujeitos envolvidos devem cumprir carga horária dedicada à orientação de estudos e atividades a distância e encontros presenciais. Confira toda a programação e se organize junto a suas equipes:



CARGA HORÁRIA CICLO		Encontro presencial	Trabalho de Campo	Reunião	Atividade Interciclo	TOTAL CICLO	TOTAL 2014
GESTÃO EDUCACIONAL	Equipe de Secretária	4h	-	-	2h	6h	16h
	Formadores	8h	4h	4h		18h	52h
GESTÃO ESCOLAR	Diretores	4h		-	-	2h	10h
	Coordenadores Pedagógicos	4h	-		10h		28h

Siga em frente e bom trabalho!